

Os últimos dias foram de intensas manifestações em todo o país pela pauta dos trabalhadores. Em Brasília, sindicalistas enfrentaram a truculência policial em vigília contra a votação do PL 4.330, temporariamente adiada. Mas essa batalha ainda não está vencida. É preciso manter a luta para impedir o corte de direitos.

Mobilizações pela pauta dos trabalhadores vão continuar



EDITORIAL



Dino Santos

A luta por liberdade e democracia começa nas fábricas

CAMPANHA SALARIAL



Dino Santos

Químicos entregam pauta de reivindicações aos patrões

PREVIDÊNCIA SOCIAL



Eduardo Oliveira

Previdência social digna é uma luta de todos

MULHER



Eduardo Oliveira

Marcha Mundial das Mulheres encerra semana com ato na Paulista



Leia a última edição da Revista do Brasil no site do Sindicato (quimicosp.org.br) ou nas bancas

Colônia pronta para o verão

A Colônia de Férias de Solemar passou por uma breve reforma para melhor atender os associados, mas já voltou a funcionar normalmente. Desde

o dia 6 de setembro, os trabalhadores podem curtir o lazer na Baixada Santista. Para informações ou reservas, ligue no tel. 3209-3811, ramal 217.

Farmacêuticos recebem abono em setembro

As empresas do setor farmacêutico que optaram por pagar o abono de R\$ 700 em uma única parcela devem fazer o pagamento no mês de setembro. As que optaram por pagar em duas vezes, já depositaram uma primeira parcela de R\$ 350 em julho e devem depositar a segunda no mês de outubro.

Confira seu holerite e, caso a empresa não deposite o abono, denuncie ao Sindicato pelo tel. 3209-3811.



EDITORIAL

A luta por liberdade e democracia começa nas fábricas

Nas comemorações do aniversário de 30 anos da CUT, em 28 de agosto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva lembrou que a Central é fruto do esforço dos que não desistiram de organizar a classe trabalhadora nos momentos mais difíceis: criando comissões no chão da fábrica, fazendo reuniões nos bairros e nas igrejas, frequentando as assembleias, fazen-

do avançar os sindicatos.

Essa organização dos trabalhadores surpreendeu os patrões e a ditadura nas grandes greves de 1978 e da década de 1980. Lula lembrou também que a luta era por dignidade, contra a exploração da classe trabalhadora e pelo direito de greve e de organização sindical.

De 1983 para cá muita coisa mudou. Os trabalhadores

se organizaram, derrubaram a ditadura, fizeram inúmeras greves vitoriosas, atravessaram vários planos econômicos e conquistaram melhores condições de trabalho nas fábricas.

Mas a luta entre o capital e o trabalho está longe de acabar. Ela é contínua e perversa. De um lado patrões que tratam salário e direitos como gastos que precisam

ser enxugados para garantir o aumento do lucro e, de outro, trabalhadores lutando por direitos básicos.

Atualmente, nossa luta é para evitar que a terceirização seja aprovada, precarizando ainda mais as relações de trabalho e fragmentando a representação sindical.

E parece que voltamos ao início de tudo, há 30 anos. A única maneira de começar a

mudar alguma coisa é organizar os trabalhadores nos locais de trabalho e investir nas grandes redes de trabalhadores.

A luta por democracia e liberdade de expressão no chão de fábrica continua na pauta do dia e não deve ser por acaso que tentam fragmentar a luta sindical.

Diretoria Colegiada

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Previdência social digna é uma luta de todos

“O futuro da classe trabalhadora é a previdência social, portanto essa luta não é só dos aposentados, mas de todos nós.” Com essa afirmação, o secretário Jurídico do Sindicato, Lourival Batista Pereira, abriu o seminário Previdência Social e os Direitos dos Trabalhadores Segurados, realizado no último dia 2 de setembro na sede da entidade, que abordou assuntos como fator previdenciário, desaposentação, aposentadoria especial e previdência complementar.

O encontro contou com a coordenação da assessora jurídica Elaine D’Avila Coelho e com a participação do juiz Marcus Orione Gonçalves Correia, do especialista em previdência complementar

Ricardo de Só Castro e do ex-dirigente sindical Remigio Todeschini, que já foi diretor do Ministério da Previdência Social e atualmente é diretor executivo do Instituto de Previdência de Santo André.

Orione lembrou que a questão da previdência é muito mal discutida no Brasil e que o trabalhador está tão preocupado com as lutas do dia a dia que esquece de pensar no futuro. “A estrutura do judiciário não permite aos juizes, por mais que tenham boa vontade, avançar

neste assunto. Os sindicatos precisam mapear a pauta previdenciária e manter uma rotina de pressão”, avaliou.

Ele lembrou que muitos aposentados não conseguem viver com o valor do benefício recebido e voltam à ativa, contribuindo novamente com o INSS, e lembrou também que, felizmente, o STJ (Supe-

Eduardo Oliveira



Castro, Orione, Elaine e Lourival (a partir da esquerda)

rior Tribunal de Justiça) aprovou há pouco tempo a desaposentação – ou troca do benefício. “Um grande avanço que permite aos aposentados abrir mão da primeira aposentadoria para ter uma segunda, mais vantajosa”, explica.

Castro explicou como funcionam os planos de aposentadoria complementar e alertou: é um contrato longo, de cerca de 25 anos, que está sujeito a mudanças de regras. Recentemente, por exemplo, a Previc, órgão que deveria fis-

calizar os Fundos de Pensão de Justiça) aprovou há pouco tempo a desaposentação – ou troca do benefício. “O aposentado fica sem saída. Ou retira o seu dinheiro e vai para outro fundo ou coloca o dinheiro no bolso e gasta”, alertou.

Todeschini explicou as dificuldades para se conseguir aprovar uma aposentadoria especial no Brasil. “As regras colocadas são exageradas e impedem a concessão do benefício. Dos 42 milhões de contribuintes do INSS, menos de 1% está no regime especial. É um direito que os trabalhadores acabam buscando na Justiça, porque administrativamente é quase impossível”, concluiu.



Químicos entregam pauta de reivindicações aos patrões

Trabalhadores antecipam Campanha Salarial 2013; objetivo é ampliar a mobilização para garantir conquistas

No dia 28 de agosto, na sede da Fetquim (Federação dos Trabalhadores do Ramo Químico), os trabalhadores químicos entregaram a pauta aos representantes da banca-patronal.

Nos anos anteriores a pauta costumava ser entregue em meados de setembro, porém neste ano a entrega foi antecipada com o objetivo de incrementar as mobilizações até o início das negociações com os representantes do CEAG-10. “Queremos mais tempo para negociar e informar a categoria, antes da data-base, que é 1º de novembro. Nos anos anteriores as negociações ficaram muito apertadas e, em alguns casos, o reajuste não foi aplicado a tempo na folha de pagamento do mês”, explica Nilson Mendes da Silva, secretário de Administração e Finanças da Fetquim e diretor do nosso Sindicato.

A pauta deste ano contempla: aumento de 13%; piso de R\$ 1.550,00; PLR mínima de R\$ 2.860,00; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, com sábados e domingos livres; licença-ma-



Dino Santos

Com a pauta entregue, mobilizações serão intensificadas nas fábricas

ternidade de 180 dias e cesta básica gratuita.

As negociações deste ano envolvem apenas as cláusulas econômicas. As sociais têm validade de dois anos e foram renovadas no ano passado. Essa negociação é conjunta com os sete sindicatos do ramo que fazem parte da Fetquim – São Paulo, ABC, Campinas, Osasco, Vinhedo, Jundiaí e região e São José dos Campos e região – e beneficia 180 mil trabalhadores.

Conheça a pauta completa

- Piso salarial de R\$ 1.550,00 (mesmo índice de reajuste aplicado para o salário mínimo entre 2002 e 2013).
- Aumento salarial de 13%.
- PLR de R\$ 2.860,00.
- Jornada de trabalho de 40 horas semanais, com sábados e domingos livres.
- Licença-maternidade de 180 dias.
- Cesta básica gratuita.

Nova direção da CNQ toma posse

Com uma palestra da filósofa e professora Marilena Chauí sobre a conjuntura atual e as últimas mobilizações nacionais, a CNQ-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Químico) abriu a primeira reunião interna de planejamento da nova direção, que ficará à frente da entidade durante os próximos quatro anos (2013-2017).

A diretora do nosso sindicato Lucineide Varjão Soares, a Lú, foi reeleita e assume a presidência da entidade ao lado de 40 líderes do ramo químico, eleitos no VII Congresso Nacional da CNQ-CUT, realizado em julho na cidade de Campinas/SP.

Durante a cerimônia de posse, realizada na plenária do nosso sindicato, Lú lem-

brou o início da sua trajetória sindical e do importante papel das mulheres. “Vamos trabalhar para ter, daqui a quatro anos, um balanço positivo de ações e uma nova diretoria com 50% de mulheres, colocando em prática a paridade de gênero”, salientou.

Além da companheira Lú, outros diretores do nosso sindicato estão na direção da CNQ: Edilson Souza Santos, na secretaria de Relações do Trabalho; Alex Ricardo Fonseca, na secretaria de Políticas Sociais; Geralcino Santana Teixeira, na secretaria de Organização e Política Sindical; José Issac Gomes, na secretaria Setorial Farmacêutica; Ronaldo Rodrigues de Lima, na suplência; e Maria Aparecida Araújo Carmo, na suplência do Conselho Fiscal.



Fotos: Márcio Lavor/CNQ-CUT

Marilena Chauí (à direita): “As manifestações de junho repudiam a política e isso é de uma gravidade sem precedentes”



Lú: “Sinto muito orgulho de ter começado neste Sindicato e de estar à frente da CNQ”

TOME NOTA

Causa própria

➔ O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, não ficou feliz com o reajuste de 5,2% já aprovado para os ministros da Corte em 2014. Ele reivindica mais 4,6%. Se aprovado, o valor do subsídio saltará de R\$ 29.462,25 para R\$ 30.658,42 a partir de 1º de janeiro do próximo ano.

Reajuste do mínimo

➔ O salário mínimo deverá passar de R\$ 678 para R\$ 722,90 a partir de 1º de janeiro de 2014, segundo informações da ministra do Planejamento, Miriam Belchior. O aumento proposto é de 6,6%, mas o valor final ainda depende do fechamento do índice inflacionário de 2013.

PF investiga

➔ A Polícia Federal solicitou análises do Tribunal de Contas para usar no inquérito sobre suspeitas de corrupção no Metrô e na CPTM. As denúncias são de superfaturamento de até 30%, com pagamento de propina ao governo de 8% do valor dos contratos, dinheiro que daria para construir 120 mil moradias.

Movimentos acionam Alckmin

➔ O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB); o secretário de Segurança Pública, Fernando Grella Vieira; e o tenente-coronel Ben-Hur Junqueira foram denunciados na última semana na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão por terem deliberadamente coordenado ações violentas durante a manifestação do dia 13 de junho, que pedia a redução das tarifas de transporte público na cidade de São Paulo.

Contra a repressão

➔ O MPL (Movimento Passe Livre), que estava à frente dos protestos, encabeça a ação, que tem apoio de outros movimentos sociais. As entidades consideram que a repressão a centenas de manifestantes foi um fato político decidido pelo próprio governador. A denúncia baseia-se em declarações do governador e do secretário, antes das manifestações, quando disseram que não permitiriam que o ato chegasse à avenida Paulista, e falas posteriores deixando claro que tinham o controle sobre o uso da força dos policiais.

Muita gente

➔ O IBGE estima que a marca de 200 milhões de habitantes foi superada pela primeira vez. Na última semana, o número, que muda diariamente, estava em 201.032.714 pessoas. Segundo o instituto, o crescimento continua até 2042, quando a população atinge 228 milhões e deve começar a diminuir.

MOVIMENTO SINDICAL

5 mil trabalhadores protestam na Paulista

Mobilizações em várias cidades do país pedem o fim do PL da terceirização e do fator previdenciário, dentre outras reivindicações

O Dia Nacional de Mobilização e Paralisação, realizado em 30 de agosto em várias cidades do país, com o objetivo de destravar a pauta dos trabalhadores no Congresso Nacional, reuniu na avenida Paulista, em São Paulo, mais de 5 mil pessoas.

O Sindicato participou ativamente das mobilizações organizadas pela CUT. Começou o dia com uma mobilização na portaria da L'Oréal e à tarde os manifestantes participaram do ato no centro financeiro de São Paulo.

A pauta que a CUT levou para as ruas de todo o país tem nove itens, todos eles muito importantes (veja a pauta completa ao lado). No entanto, três pontos unificam a luta de todos os trabalhadores brasileiros: a retirada de votação do PL 4.330, que regulamenta a terceirização;

o fim do fator previdenciário e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários.

O presidente da CUT, Vagner Freitas, disse que a Central não aceitará qualquer proposta de terceirização da atividade-fim e comentou que a extinção do fator previdenciário seria capaz de gerar mais de um milhão de empregos, já que muitos trabalhadores deixam de se aposentar para não perder renda.

Na opinião de Osvaldo Bezerra, o Pipoka, coordenador-geral do Sindicato, "os empresários continuam recebendo desoneração, sem nenhuma contrapartida social e ainda querem cortar direitos adquiridos dos trabalhadores". O sindicalista lembrou ainda que a redução da jornada também é uma bandeira da campanha salarial dos Químicos.



Manifestações começaram cedo, na L'Oréal, e continuaram na avenida Paulista

Conheça a pauta que a CUT levou às ruas de todo o país:

- 1) contra o Projeto de Lei nº 4.330/2004, que retira direitos dos trabalhadores e piora muito as condições de trabalho, renda e segurança.
- 2) pelo fim do fator previdenciário.
- 3) pelas 40 horas semanais sem redução de salário.
- 4) por 10% do PIB para a educação.
- 5) por 10% do orçamento da União para a saúde.
- 6) pelo transporte público e de qualidade.
- 7) pela valorização das aposentadorias.
- 8) pela reforma agrária.
- 9) pela suspensão dos leilões do petróleo.

Químicos ocupam Congresso contra o PL 4.330

Fotos: Cedoc STQSP

Xiita, Nunes e Cida, ao lado de outros dirigentes em Brasília



Uma comitiva de dirigentes do Sindicato esteve em Brasília nos dias 2, 3 e 4 de setembro engrossando as manifestações

organizadas pela CUT contra o PL 4.330.

Sem nenhum avanço na mesa quadripartite, o projeto era para ter sido votado na CCJC (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) na

última semana, mas a sessão foi encerrada graças à ação dos manifestantes que enfrentaram a ação truculenta da polícia.

A votação agora segue direto para Câmara Federal com

a promessa do presidente da Câmara de que o tema será amplamente discutido com os trabalhadores. "A vitória é temporária, temos que manter a mobilização", disse Freitas, da CUT.

Audiência pública debate vacinação gratuita contra o HPV

Na última semana foi realizada uma audiência pública na Câmara Municipal de São Paulo para discutir o Projeto de Lei nº 225/2009, de autoria do deputado Francisco Chagas, quando foi vereador em São Paulo, que trata da vacinação gratuita contra o HPV, em mulheres.

O vírus HPV pode ser contraído principalmente em relações sexuais, mas não só, e traz muitos problemas de saúde para homens e mulheres. O caso mais grave é o câncer do colo de útero.

Uma comitiva do Sindicato esteve presente na audiência ao lado de uma centena de pessoas, que manifestaram apoio ao projeto.

O secretário de Saúde, José de Filippi, disse que o projeto de vacinação contra o HPV vem reforçar o PNI (Programa Nacional de Imunização), do

Ministério da Saúde. Apresentou também os dados recentes de câncer de colo de útero: 17.540 casos, no Brasil, resultaram em 5 mil mortes, e 13,2% foram registrados no Estado de São Paulo.

O deputado Chagas, também diretor do nosso Sindicato, ressaltou a importância da aprovação do projeto e informou que falta apenas ele ser aprovado pela Comissão de Finanças; e que o presidente da Câmara Municipal se comprometeu a colocá-lo em votação no plenário ainda neste ano. Portanto, se o projeto for aprovado em 2013, a vacina-



O deputado Chagas, diretor do Sindicato, luta pela vacinação gratuita contra o HPV

Fotos: Eduardo Oliveira



ção poderá ser realizada no ano que vem.

Participaram da mesa da audiência o vereador Alfrédinho (PT); o diretor do Hospital Pérola Byington, André Luiz Malavazi Longo; a secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Sonia Auxiliadora; e o secretário de Saúde do município, José de Filippi Júnior.

MULHER

Marcha Mundial das Mulheres encerra semana com ato na Paulista

Eduardo Oliveira



Comitiva de mulheres químicas participa dos debates e da marcha na avenida Paulista

Depois de uma semana de intensos debates, o 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) foi encerrado no dia 31, sábado, com uma grande caminhada, que começou na avenida Paulista e terminou na praça da República.

O encontro, que já foi realizado na Índia, em Ruanda e nas Filipinas e aconteceu pela primeira vez no Brasil, reuniu um número recorde

de mulheres no Memorial da América Latina: 1.600, vindas de mais de 40 países.

A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista internacional, que surgiu no ano 2000 como uma grande mobilização e reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência. Atualmente, a MMM está organizada em mais de 150 países e territórios.